

Superior Tribunal de Justiça

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.864 - RS (2015/0085932-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : UNIÃO
REQUERIDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

DESPACHO

Vistos.

Trata-se de Recursos Especiais interpostos pelo pela **UNIÃO** (fls. 778/792e) e pelo **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT** (fls. 803/821e), contra o acórdão mediante o qual a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negou provimento às apelações e à remessa oficial, assim ementado (fls. 639/665e):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PONTE DO FANDANGO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE.

A ação civil pública direciona-se à proteção de qualquer outro interesse difuso ou coletivo, consoante disposição inserta inciso IV do artigo 1º da Lei nº 7.347/85, com a redação dada pela Lei nº 8.078/90, não havendo incompatibilidade com provimentos jurisdicionais que traduzam obrigações de fazer.

Cabível a implementação de políticas públicas por intermédio de ação civil pública, afastando-se a alegação de ingerência no poder discricionário do Poder Executivo.

A opção política de construir a ponte já foi realizada no ano de 1961.

Cumpra ao Poder Público, desde então, manter a conservação e fiscalização da obra pública.

A falta de uma estrutura adequada de acesso à cidade de Cachoeira do Sul tem causado grande número de acidentes no local, inclusive com vítimas fatais. A eclosão de quantitativo de acidentes sobre a ponte, com efetivo risco à vida dos usuários no trecho da rodovia federal BR-153, Km 384 (sobre a qual se edificou a ponte do Fandango), decorre, essencialmente da ausência de uma pista exclusiva para o trânsito de pedestres e ciclistas, da deficiente sinalização e da ausência de iluminação no período noturno.

As rés deverão implementar as determinações, observando-se suas atribuições institucionais, no entanto, reservando-se à União, em relação ao DNIT, responsabilidade subsidiária em relação a todos os provimentos.

Distribuídos os autos nesta Corte (fl. 938e), o **MINISTÉRIO PÚBLICO**

Superior Tribunal de Justiça

FEDERAL apresentou o parecer de fls. 933/942e.

Em sequência, foi atravessada petição (fls. 945/946e), mediante a qual informa a realização de reunião no Município de Cachoeira do Sul, com a participação do Executivo Municipal, do Ministério Público, da Procuradoria da República e do DNIT, do Presidente da Câmara de Vereadores, do Procurador Jurídico do Município e representantes das Secretarias Municipais, a qual tratou de assuntos referentes à reforma da Ponte do Fandango.

Assevera que grande parte dos questionamentos objeto dos recursos especiais interpostos foram abarcados na mencionada reunião e requer a conversão do julgamento em diligência, nos termos dos arts. 932, I, e 938, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015, a fim de que os autos sejam restituídos à origem, as partes sejam ouvidas e o acordo firmado seja homologado, com suspensão do processo até o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

Feito breve relato, decidido.

Observo que na petição de fls. 945/946e foi mencionado que a ata da reunião sobre a reforma da Ponte do Fandango estaria anexada, entretanto, nenhum documento a acompanhou.

Considerando que o conteúdo da mencionada ata de reunião revela-se indispensável para apreciação do requerido às fl. 945/946e, intime-se o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** para que, no prazo de 15 (quinze) dias apresente o mencionado documento, sob pena de restar prejudicado o pedido formulado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora